



Resumo Executivo

Sub-rede de Dermocosméticos na Amazônia a partir do Uso Sustentável de sua Biodiversidade com enfoques para as Cadeias Produtivas da: Castanha-do-pará e dos Óleos de Andiróba e Copaíba

Amazônia – Sub-rede de Inovação de Dermocosméticos

Resumo Executivo

Sub-rede de Dermocosméticos na Amazônia a partir do Uso Sustentável de sua Biodiversidade com enfoques para as Cadeias Produtivas da: Castanha-do-pará e dos Óleos de Andiróba e Copaíba

Amazônia – Sub-rede de Inovação de Dermocosméticos



Brasília, DF
Fevereiro, 2008

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

Presidenta

Lúcia Carvalho Pinto de Melo

Diretor Executivo

Marcio de Miranda Santos

Diretores

Antonio Carlos Filgueira Galvão

Fernando Cosme Rizzo Assunção

Resumo Executivo. Sub-rede de Dermocosméticos na Amazônia a partir do uso sustentável de sua biodiversidade com enfoques para as cadeias produtivas da: castanha-do-pará e dos óleos de andiróba e copaíba: 2008.

Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

14 p : il.

Amazônia – Brasil. Rede de Inovação – Brasil. I. Título. II. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
SCN Qd. 2, Bl. A Ed. Corporate Financial Center 1102
70712-900 Brasília, DF
Telefone: (61) 3424.9600
<http://www.cggee.org>

Esta publicação é parte integrante das atividades desenvolvidas no âmbito do Contrato de Gestão CGEE/MCT/2007.

Todos os direitos reservados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Os textos contidos nesta publicação poderão ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos, desde que citada à fonte.

Sumário Executivo

Sub-rede de Dermocosméticos na Amazônia a partir do Uso Sustentável de sua Biodiversidade com enfoques para as Cadeias Produtivas da: Castanha-do-pará e dos Óleos de Andiróba e Copaíba

Amazônia – Sub-rede de Inovação de Dermocosméticos

Supervisão

Antonio Carlos Filgueira Galvão

Consultor

Gonzalo Enrique Vásquez Enriquez

Equipe técnica CGEE

Carmem Silva Corrêa Bueno (Coordenadora)

Sumário Executivo

A Amazônia talvez seja uma das regiões do planeta mais cobiçada, menos conhecida, sujeita a muita especulação e seriamente ameaçada. No entanto, é praticamente consensual que os diversos ciclos de uso e exploração de seus recursos naturais e ambientais pouco contribuíram para a construção de uma sociedade justa, economicamente dinâmica e ambientalmente sustentável. Se for verdade que o extrativismo tradicionalmente praticado na região contribuiu para a manutenção da floresta, é também certo que ele não tem contribuído para o dinamismo econômico e para a justiça social do território.

Na tentativa de elevar a produtividade regional, as instituições de fomento estimularam atividades ambientalmente predatórias – como a pecuária, a soja e a indústria madeireira - que embora tenham, de certa forma, elevado a renda regional, não promoveram a equidade social desejada. Da mesma forma, outras atividades de grande vulto – como a mineração e os empreendimentos hidrelétricos – tem contribuído muito mais com os indicadores econômicos nacionais e internacionais do que para a solução dos sérios problemas da pobreza e exclusão da sociedade local.

Assim a rica biodiversidade amazônica vem sendo espoliada e subaproveitada, ao longo dos tempos. Especialistas concordam que o momento atual é especialmente favorável para o aproveitamento da rica biodiversidade regional em bases equitativas, ambientalmente sustentáveis e economicamente dinâmicas.

Uma das possibilidades de uso sustentável da biodiversidade regional é por intermédio da indústria de cosméticos, que só agora começa a tratar esta questão como uma atividade econômica promissora para a região. A bioindústria nacional e internacional, especialmente esta última, vem buscando nas plantas da Amazônia, essências, produtos e formulações para produção de cosméticos, medicamentos, vacinas e outras formas de uso, objetivando a industrialização e comercialização em larga escala dos mais diversos princípios ativos da biodiversidade da Amazônia.

A bioindústria, focada no ramo de cosméticos, além de trazer divisas, oferece oportunidade para geração de emprego ao longo da cadeia produtiva, não só na zona urbana, mas, sobretudo, na zona rural, contribuindo para a desconcentração de renda e, conseqüentemente, para a interiorização do desenvolvimento. De fato, os empreendimentos que utilizam matérias-primas naturais têm como fornecedores via de regra, a população rural que necessariamente precisa se conscientizar de que a extração ou cultivo desses produtos tem que estar associado aos cuidados de conservação desses recursos. Só dessa forma, terão garantia de continuidade por muitos anos de mais uma opção de renda para o sustento de suas famílias. No entanto, as informações disponíveis ainda são insuficientes para atrair investidores, dando-lhes garantia de que esses empreendimentos são rentáveis economicamente, ao mesmo tempo, ambientalmente sustentáveis e socialmente mais justos.

Estabelecendo-se um recorte da economia dos produtos da biodiversidade nacional, de acordo com o IBGE (2005), a produção primária florestal responde por R\$10,3 bilhões, dos quais 66,41% são de silvicultura (florestas plantadas) e 33,59% do extrativismo vegetal (produtos coletados em vegetações nativas espontâneas).

Em 2005, a produção extrativista vegetal alcançou R\$ 3,4 bilhões, dos quais 86,82% são relativos aos produtos madeireiros e apenas 13,18% aos produtos florestais não-madeireiros (PFNM).

Da produção de PFNM, que alcança a soma de R\$ 508,4 milhões, os mais importantes produtos são: babaçu, piaçava, açai, erva-mate, carnaúba e castanha - do-pará¹. Assim, é importante enfatizar que 89,75% do valor total da PFNM incluem apenas seis produtos, isto é, todos os demais produtos da biodiversidade amazônica (óleo de copaíba, andiróba, urucum, guaraná, priprióca, murumuru etc.) representam tão somente 10,25% desse valor.

Certamente esses valores estão subestimados, uma vez que as informações são precárias sobre registros de oferta e consumo nesse segmento. Em recente pesquisa realizada por Enríquez (2007), foi verificado que o consumo de apenas 15 empresas representa aproximadamente 60% da produção. Essa deficiência de informações estatísticas reforça o menosprezo da atividade extrativa vegetal, enquanto um segmento realmente importante para desencadear o desenvolvimento regional em bases sustentáveis.

Assim, embora se reconheça o potencial megadiverso do Brasil e, particularmente da Amazônia, não há uma noção clara de quanto se perde economicamente pela não exploração dos produtos da biodiversidade, já que existem perdas sociais, culturais e ambientais.

Além dessas perdas, há um elevado custo de oportunidade embutido, uma vez que diversos setores industriais (alimentos, fármacos, cosméticos, perfumaria e higiene pessoal, fitoterápicos, limpeza, química fina, biocombustíveis e bioenergias e turismo, entre outros), potenciais consumidores dos produtos da biodiversidade como matéria-prima, não estão conseguindo acessar esses produtos.

Isso ocorre porque a problemática envolvendo o uso sustentável da biodiversidade brasileira é extremamente ampla e complexa, conforme se poderá observar pela descrição das muitas fragilidades em todas as etapas das cadeias produtivas.

Os gargalos e limitações dessas cadeias revelam que os arranjos produtivos são ainda incipientes, a produção é desorganizada, há um grande número de intermediários em todos os elos das cadeias, uma coordenação deficiente entre os agentes da cadeia, o que faz com que não exista regularidade da oferta e que os volumes produzidos sejam pequenos quando a demanda é crescente, além da pouca agregação de valor e instabilidades de mercados, entre outros.

A logística para acessar o PFNM não está adaptada às necessidades do setor e existem menos ainda propostas de apoio, por parte do governo e organismos de crédito, no sentido de se desenvolverem mecanismos para criar melhores práticas na inovação desses fatores fundamentais para a produção e distribuição dos produtos. Assim, revelam-se padrões de qualidade inaceitáveis para o mercado internacional, sem planos de negócio e estudos de mercado consistentes com a adequação às normas.

No entanto, existe uma nova conjuntura nacional e internacional que conta com uma, cada vez maior, plataforma de parceiros que está consciente de que a biodiversidade é uma verdadeira janela de oportunidade para que as comunidades da

¹ Essa é a denominação utilizada pelo IBGE e pelo Sistema Alice, muito embora no mercado internacional a marca difundida é “castanha-do-Brasil” ou “Castanha da Amazônia”.

Amazônia realmente entrem no caminho do desenvolvimento sustentável². Destacam-se nesse sentido as feiras ecossociais e os encontros nacionais de agricultura familiar como alternativas que podem contribuir para a melhoria do comércio de produtos da biodiversidade, desde que exista uma verdadeira plataforma tecnológica para agregar valor aos produtos.

Contudo, ainda falta diálogo entre os atores das cadeias e destes com as instituições de apoio e financiamento, para melhorar a competitividade. Ainda não existem parcerias formais e informais a fim de superar gargalos na dimensão socioeconômica e tecnológica que permita concorrer com a produção convencional e predatória e potencializar as vantagens competitivas, baseadas na inovação tecnológica.

Na dimensão social cultural constata-se que na Amazônia existe uma grande riqueza e potencialidades de técnicas e tecnologias tradicionais de uso sustentável dos recursos associado à biodiversidade. Por outro lado, esse grande potencial de biodiversidade pode criar as condições para gerar uma inclusão de grupos sociais excluídos das políticas públicas atuais, possibilidade de atendimento de necessidades básicas focadas nas comunidades da floresta.

As características da Amazônia definem o Brasil como o único país com mais da metade do território ainda coberto com vegetação nativa. Assim, tem crescido na Amazônia a consciência para a conservação e o bom uso dos recursos naturais, o que estimula a criação de uma plataforma para impulsionar uma nova fase de crescimento e consolidação dos mercados verdes, mercados orgânicos e comércio justo, incorporando as chamadas indústrias da biodiversidade tais como, indústrias de cosméticos e fitoterápicos e alimentos funcionais.

Todavia, as políticas públicas são ainda insuficientes, os programas de apoio e fomento são extremamente desarticulados e pulverizados, tanto em espacialmente quanto no interior das cadeias produtivas. Assim como são poucas as ações legais existentes. Dessa forma, as comunidades extrativistas e produtoras se encontram desprovidas de um marco legal apropriado e o que existe está totalmente desarticulado. No âmbito do governo federal é recorrente a falta de integração entre as pastas responsáveis pelas políticas regulatórias, além de muito pouca cooperação com o setor privado.

Contudo, existem articulações com algumas ONGs (FUNBIO, FASE, IBENS, dentre outras), com empresas que assumem a bandeira da responsabilidade socioambiental e com os novos espaços de articulação que surgem entre as entidades tais como: MMA, MDA, MDS e outras instituições.

Existem algumas boas oportunidades de mercado que se abrem a partir do novo paradigma de utilização da biodiversidade para contribuir com um novo modelo que coloque a Amazônia não como a última fronteira e sim como a nova fronteira para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Daí surge à necessidade de realizar um estudo piloto de cadeias produtivas da biodiversidade, previamente selecionadas como as mais consolidadas, que permita uma visão abrangente de como se inserem os diversos elos (fornecimento da matéria prima, beneficiamento e comercialização) das cadeias no modelo econômico da Amazônia. Por outro lado, estudar as possibilidades de novas articulações entre os segmentos empresariais, acadêmicos e de pesquisa, bem como as comunidades e responsáveis da

² Alguns dos programas que participam dos diversos programas liderados pelo MMA são os Centros de formação de competências/GTZ, Biotrade/Unctad, o Programa Brasil/Itália e as Redes de consumo solidário.

realização de políticas públicas na Amazônia para facilitar o processo de agregação de valor aos produtos da biodiversidade que permitam melhorar as condições sócio-econômicas das comunidades da floresta Amazônica.

O estudo foi dividido em duas partes que procuram obter como resultado fundamental a implantação de uma rede de dermocosméticos na Amazônia que possua suas estruturas organizadas e com certo grau de formalização, que respondam como uma Rede, fórum ou articulação, atuando na área da gestão de recursos naturais. Dentro de seus objetivos está o de procurar influir sobre a definição das políticas públicas ou sobre as práticas coletivas das cadeias produtivas da biodiversidade na região Amazônica.

Nesse sentido, esta primeira parte do estudo analisa o uso de alguns produtos naturais que já estão sendo amplamente utilizados na indústria de cosméticos e que, todavia, têm potencialidade de ampliar ainda mais sua parcela de participação no mercado nacional e internacional. São produtos, como Castanha-do-pará, Copaíba e Andiroba que contam com cadeias produtivas mais consolidadas do que o a maioria de outros produtos naturais de biodiversidade, ainda insipientes.

Essa primeira parte também realiza um panorama regional da produção extrativa vegetal e uma análise das cadeias produtivas da biodiversidade e, de forma mais específica, as condições socioeconômicas das comunidades extrativistas.

O documento define o conceito de rede e caracteriza sua função no âmbito da Amazônia colocando foco na sua governança e operacionalização, financiamento e atores. O espaço geográfico de atuação das redes não tem limites. Dessa forma, as redes podem operar nos níveis local, regional, nacional e internacional, contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática. Para tanto, e a partir de diversas causas, a sociedade civil se organiza em redes para a troca de informações, a articulação institucional e política e para a implementação de projetos comuns. As experiências têm demonstrado as vantagens e os resultados de ações articuladas e projetos desenvolvidos em parceria.

Segundo Rits (2007), redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos e/ou temáticas comuns. Estruturas flexíveis e cadenciadas, as redes se estabelecem por relações horizontais, interconexas e em dinâmicas que supõem o trabalho colaborativo e participativo. As redes se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional, tanto para as relações pessoais quanto para a estruturação social.

As redes não apenas são presenciais podem também ser virtuais de comunidades constituídas. Também são chamadas de células, conexões orgânicas, sistemas, etc. Contudo, é a idéia de comunidade que permite a problematização do tema e, conseqüentemente, o seu entendimento³.

Um dos grandes equívocos ao se analisar as cadeias produtivas da biodiversidade (CB) é adotar os mesmos procedimentos e ferramentas utilizados nas cadeias produtivas tradicionais (CT). Nesse sentido, o documento estabelece algumas diferenças fundamentais que existem entre as cadeias tradicionais e as cadeias da biodiversidade, dentre as que se destacam: a *produção de escala*, a *Matéria-prima*, a *Organização da produção*, a *Logística*, *Preços ao Consumidor*, *Importância da Marca*, *Produto (compra*,

³ É importante ressaltar que uma rede não significa apenas a reunião de todas as células, existe uma série de requisitos de estruturação e organização, bem como uma liderança constituída para o funcionamento de uma rede.

venda e distribuição), Meio ambiente, Espaço de produção, Regulamentação, C&T (novas condições para criação de bioindústrias) Preço e Comércio Justo.

Nesse sentido, muito embora haja semelhanças importantes entre as duas cadeias, uma vez que em todas há ligações entre etapas produtivas e seus atores, os ambientes institucionais e organizacionais dessas cadeias são muito diferentes.

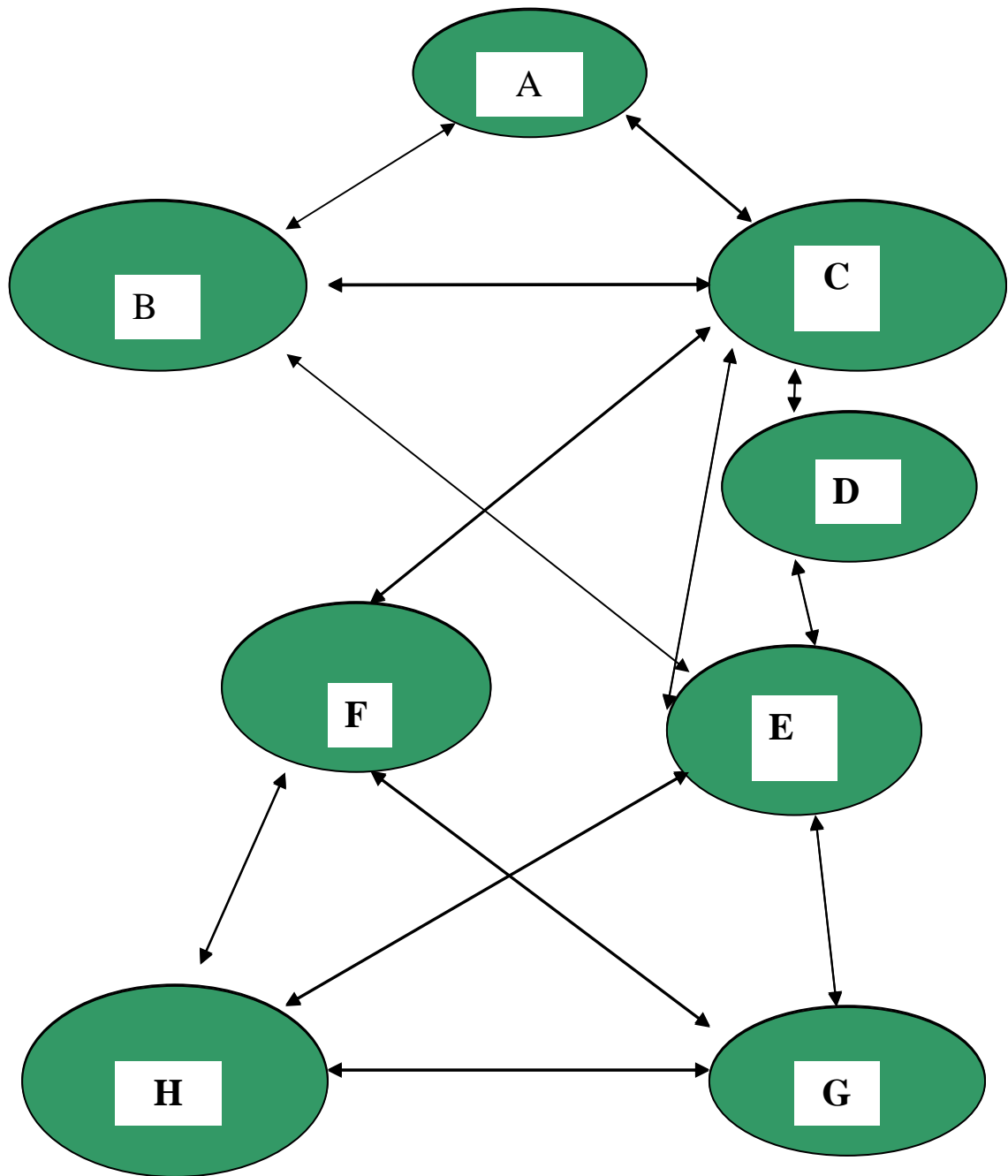
Após a definição do conceito de rede, o panorama sobre os tipos de rede existente, se propõe a estrutura e a forma em que operaria a Rede de Dermocosméticos, bem como, as regras básicas de governança e as diversas fases da sua implantação, incluindo seu organograma com as responsabilidades da cada instituição que a integre.

Finalmente, o que a experiência de implantação de redes recomenda é **a necessidade de considerar a estrutura da Rede como uma relação o menos hierárquica possível, estabelecendo também de forma clara, as responsabilidades de cada membro, tanto na articulação das parcerias, bem como, na operacionalização da REDE.**

Fases e Etapas para Implantação da Rede

Como já foi dito no documento, o objetivo mais importante da implantação da Rede é a proposta de ações necessárias para colocar em funcionamento uma Sub-rede que reúna os atores mais importantes da cadeia produtiva de cosméticos da Amazônia.

Um dos primeiros passos necessários será identificar as instituições que farão parte da *Sub-rede*. Essa tarefa já está bastante adiantada, a partir das informações já existentes nos documentos elaborados (CGEE, novembro, 2007, p. 132)., conforme figura a seguir:



Proposta preliminar da Sub-rede de Dermocosméticos da Amazônia

Fonte: Elaborada a partir das informações do CGEE (2006, p. 90)

Onde:

A= Órgãos de financiamento e desenvolvimento do Governo Federal: MCT, FINEP. Governos dos Estados: Secretarias de C&T, Fundações de Pesquisa dos Estados

e Institutos de Pesquisa. Instituições de desenvolvimento e financiamento da Amazônia: BASA, SUFRAMA, SUDAM.

B= Intervenientes: seleção de universidades com reconhecimento na área de produção de inovação tecnológica no segmento de cosméticos e instituições de gestão tecnológica na área da biodiversidade: CBA, MPEG, Parque Científico e Tecnológico da UFPA, etc.

C= Instituições proponentes da Sub-rede. Seleção da instituição-líder da Sub-rede que elaborará um projeto de financiamento, a partir da demanda das instituições que formarão a Sub-rede, sendo esta a primeira atividade do grupo de trabalho.

D= Empresas: As principais empresas que poderão formar parte da Sub-rede são as bioindústrias, empresas de base tecnológica e empresas incubadas nas incubadoras e parques tecnológicos existentes na região, ou em processo de formação. A principal razão ou justificativa para incluir inicialmente essas empresas é porque já existe conhecimento dos diversos processos de produção de cosméticos, bem como da cadeia produtiva dos dermocosméticos. Também poderão formar parte da Sub-rede outras empresas que contem com os ativos tecnológicos do segmento de dermocosméticos.

E= Comunidades. São fundamentais para a estruturação de uma rede, devido, principalmente o seu papel como fornecedores de produtos da biodiversidade da Amazônia. Como já existem comunidades que atuam nas cadeias produtivas dos dermocosméticos podem, através das suas associações e organizações, integrar a Sub-rede.

F= Instituições de ensino. São as universidades e centros de pesquisa que apresentem laboratórios que possam fazer parte da Sub-rede e/ou com conhecimento no processo de gestão tecnológica.

G= Institutos tecnológicos. São as entidades que já contam com uma base de conhecimentos sobre a biodiversidade da Amazônia, tais como: CEFET, CEPLAC, etc.

H= Órgão reguladores, tais como a ANVISA e o IBAMA, com papel fundamental para a definição dos marcos legais subjacentes à Sub-rede.

Uma vez definidos os atores institucionais, será realizado um *workshop* com um guia de temas a serem debatidos pelos diversos segmentos possíveis de integrar a *Sub-rede* e que já tenham aceitado serem membros da *Sub-rede de Dermocosméticos*. Nesse *workshop* serão definidos os principais pontos presenciais com que contará a *Sub-rede*. Nesse *workshop* também serão nomeados os Grupos de Trabalho que terão como primeira atividade a realização de um planejamento estratégico da *Sub-rede* com os representantes das diversas instituições participantes.

Espera-se que a partir do planejamento estratégico se desdobrem as principais atividades que desenvolverá a *Sub-rede*, bem como estejam definidos os principais problemas que enfrentará.

Os primeiros documentos, já elaborados, servirão de guia para análise dos gargalos encontrados nas diversas instituições que atuam na cadeia produtiva dos produtos naturais de biodiversidade que são insumos da indústria de cosméticos.

Nesse sentido, será parte das ações da *Sub-rede* recolher as demandas dessas instituições (instituições de pesquisa, empresas e comunidades) para contribuir com a

busca de soluções e alternativas para a agregação de valor às cadeias produtivas de biodiversidade da Amazônia.

Para a elaboração do guia de temas que serão tratados no *workshop* será importante considerar algumas orientações usualmente utilizadas nas técnicas de planejamento, as respostas a essas perguntas indicam alvo/meta; tarefa; atividades; tempo; equipe de trabalho.